

Área de Interesse: Área 1 - Economia Pernambucana

PERFIL EDUCACIONAL DA MÃO DE OBRA DO ESTADO DE PERNAMBUCO: Como ocorre a absorção do Capital Humano nos setores da economia de Pernambuco no período de 2006-2016.

Larissa Araújo da Silva¹
Álvaro Furtado Coelho Júnior²
Felipe Resende Oliveira³

Resumo

A Teoria do Capital Humano foi formalizada em 1961 por Theodore Schultz. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as nações estão focadas no crescimento e desenvolvimento econômico. A educação passa a ser entendida como um elemento importante para atingir esse objetivo. O conceito de Capital Humano foi sendo aperfeiçoado com o desenvolvimento da teoria econômica específica. Para contribuir com esse debate, este presente trabalho tem como objetivo apresentar o perfil educacional, de acordo com o nível de instrução dos trabalhadores, absorvido pelos setores econômicos atuantes no estado de Pernambuco ao longo do período de uma década. Para isso utilizam-se os dados da RAIS que quantificam o nível de escolaridade, a absorção de escolaridade nos diversos setores e as informações sobre remuneração média para cada nível de escolaridade, para os anos de 2006 e de 2016. Com base nos dados utilizados verifica-se a constatação de que as evidências teóricas ocorrem no contexto do estado de Pernambuco. Observa-se que há uma mudança de absorção do nível de escolaridade no decorrer do período analisado. Além disso, conclui-se que os resultados revelam a existência de aumentos de salários quando há um maior nível de escolaridade.

Palavras-chave: Capital Humano, Escolaridade, Pernambuco, Mão de obra.

Abstract

Theodore Schultz formalized the Theory of Human Capital in 1961. With the end of Second Great World War, nations are focused on economic growth and development. Education is understood as an important element in achieving this goal. The concept of Human Capital was being perfected with the development of specific economic theory. To contribute to this discussion, this paper aims to present the educational profile, according to the level of education of the workers, absorbed by the economic sectors in the state of Pernambuco over a decade. To do that, we use the RAIS data that quantify the level of schooling, the absorption of schooling in the various sectors and the information on average remuneration for each level of education for the years 2006 and 2016. Based on the used data, the theoretical evidences occur in the context of the state of Pernambuco. We observed that there is a change in the absorption of the educational level during the analyzed period. In addition, we concluded that the results show that there are wage increases when there is a higher level of schooling.

Human Capital, Schooling, Pernambuco, Labor

¹ Graduanda em Economia pela UFRPE. E-mail: larissaaraujoxxx@gmail.com

² Professor do departamento de Economia da UFRPE. E-mail: alvarojuniorbr@gmail.com

³ Professor da Faculdade de Economia da UFMT. E-mail: felipexresende@gmail.com

1. Introdução

A ideia de que o crescimento econômico de uma região é determinado em função apenas dos investimentos feitos nos fatores de produção físicos (capital e trabalho) surgiu com os estudos de Solow (1956), que desenvolveu a Teoria do Crescimento Econômico. Estudos posteriores aos de Solow (1956), constataram que outros fatores contribuem para o crescimento econômico dos países, pois apenas capital e trabalho não explicavam os rendimentos de diversas nações.

Os pesquisadores Mincer (1958), Schultz (1961) e Becker (1964) publicaram estudos que demonstravam que além do investimento em capital físico outra variável não estava atribuída a teoria desenvolvida por Solow, seria essa variável definida como Capital Humano. Becker (1964) alega que o Capital Humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir, devido à acumulação de conhecimentos gerais ou específicos, que podem ser utilizados na produção de riqueza. Mincer (1958), em seus estudos sobre Capital Humano indicou a existência de correlação entre o investimento para a formação das pessoas (trabalhadores) e a distribuição de renda pessoal. Schultz publicou em 1961 o primeiro artigo em que foi citado pela primeira vez o termo Capital Humano, alertando a existência de um fator que não era devidamente reconhecido.

Na visão atual o conceito de Capital Humano modificou-se desde quando foi citado inicialmente por Schultz em 1961. Para Bontis (1999) Capital Humano, compõe o Capital Intelectual. Fatores como Educação contribuem para a formação do Capital Humano individual. Pereira (2008) analisou a importância do nível de escolaridade dos trabalhadores para o crescimento econômico da região Norte do Brasil. De acordo com sua pesquisa quanto maior o número de anos de estudo a tendência é reduzir o diferencial na distribuição de renda entre os habitantes. Mais recentemente o Capital Humano foi definido por Salazar (2013) como a soma das experiências, dos conhecimentos e das atitudes dos trabalhadores de uma firma, usados para conseguir os resultados almejados em uma organização/empresa.

Neste trabalho busca-se apresentar como os diversos setores econômicos atuantes no estado de Pernambuco absorvem a escolaridade (Capital Humano), de acordo com os diversos níveis educacionais disponíveis no mercado de trabalho. Para esse fim utiliza-se da análise de dados quantitativos disponíveis na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) referente aos anos de 2006 e 2016. Também é apresentada uma análise sobre os rendimentos médios recebidos pelos trabalhadores com diversos níveis de instruções, buscando verificar se em Pernambuco realmente existe a relação entre maiores níveis de rendimento e o grau de instrução dos indivíduos de acordo com os estudos desenvolvidos por Mincer (1958) que apresentou a “função salário do Capital Humano”.

Este trabalho está dividido em cinco partes a primeira contendo esta Introdução, a segunda parte apresentando o Referencial Teórico, o qual serviu como embasamento para elaborar esse estudo, a terceira parte refere-se a metodologia aqui adotada, na quarta parte ocorre a apresentação dos resultados obtidos juntamente com as discussões sobre os mesmos, atrelando os resultados encontrados as teorias sobre Capital Humano. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais do trabalho.

2. Referencial Teórico

Segundo Becker (1993) Capital Humano pode ser definido como sendo um arcabouço de capacidades produtivas que uma pessoa adquire, através do acúmulo de conhecimento geral ou específico, podendo ser empregados na geração de riqueza. No momento em que surgiu o Capitalismo foi que o Capital Humano ganhou relevância, pois seu impacto nos processos sociais e

econômicos já era percebido. Por esse motivo passa a ser discutido com grande importância em diversos países.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial as nações voltaram seus esforços na reorganização econômica, é nesse contexto que nasce a Teoria do Capital Humano, através dos pensadores Jacob Mincer (1958), Theodore W. Schultz (1961) e Gary Becker (1964), os quais tomaram a educação como elemento importante para o desenvolvimento social e crescimento econômico.

A formalização da teoria do Capital Humano ocorreu nos anos de 1960 através de Theodore W. Schultz, porém mesmo sem a sua formalização esse importante fator já era percebido por diversos estudiosos: “Os corpos dos homens são, sem dúvida, o mais valioso tesouro de um país”, (MARSHALL, 1890, p.504). Ainda no século XVII. Mesmo em um contexto mercantilista (MARSHALL, 1890) destaca a importância da mão de obra humana afirmando que qualidades e habilidades formam o Capital Humano.

Para Smith (1776) o indivíduo que, por iniciativa própria, busca mais conhecimento (qualificando-se) gera riqueza pra si e para toda a sociedade. Essa visão de Smith (1776) se aproxima bastante do que seria denominado futuramente de Capital Humano. Mesmo dando a devida importância e reconhecimento ao Capital Humano nem Smith (1776) nem Marshall (1890) incorporam formalmente o Capital Humano em suas pesquisas e estudos.

De acordo com Schultz (1973) o conhecimento é uma forma de capital e a decisão de obter o conhecimento é feita pela sociedade ou pelos que possuem interesse em aumentar a produtividade. Após os estudos de Schultz (1973) a educação passa a ser um elemento de investimento que possibilita o desenvolvimento de uma nação e é de responsabilidade do Estado fornecer a educação para sociedade. Em busca do crescimento econômico os investimentos em educação devem ser direcionados de forma eficiente.

A ideia de que o crescimento econômico de uma região é determinado em função apenas de investimentos em fatores físicos de produção (capital e trabalho) surgiu em meados da década de 1950 com os estudos de Solow (1956), que desenvolveu a Teoria do Crescimento Econômico.

Porém a teoria de Solow (1956) se mostrava incompleta, uma vez que algumas economias possuíam crescimento acima de sua capacidade física de produção. Algum outro fator deveria explicar essa elevação de produtividade, em busca dessa explicação diversos estudos e artigos são publicados demonstrando que além do investimento em capital físico uma outra variável não estava atribuída a teoria de Crescimento econômico desenvolvida por Solow(1956), seria essa variável definida como Capital Humano.

A Teoria de Capital Humano foi formalizada em 1961 por Theodore Schultz que citou o termo Capital Humano pela primeira vez em seu artigo *Investment in Human Capital*. Também contribuíram para a formalização da teoria do Capital Humano Gary Becker (1964) e Jacob Mincer (1958). Esses três autores desenvolveram estudos em que constataram que a educação é elemento importante para desenvolvimento do Capital Humano. Tal capital explicaria as diferenças entre as produtividades das diversas nações.

De acordo com Schultz (1973) o conhecimento é uma forma de capital e a decisão de obter o conhecimento é feita pela sociedade ou pelos que possuem interesse em aumentar a produtividade. Após os estudos de Schultz (1973) a educação passa a ser um elemento de investimento que possibilita o desenvolvimento de uma nação em busca do crescimento econômico tais investimentos em educação devem ser direcionados de forma eficiente.

Schultz (1973) ressalta que os detentores do Capital Humano são os próprios trabalhadores, que na esperança de retornos positivos buscam as qualificações e aperfeiçoamento de suas habilidades

através da educação, quanto mais conhecimento possuir um trabalhador maior é a sua produtividade. Para que o resultado obtido seja uma maior produtividade os investimentos em aquisição em Capital Humano devem ser corretos e com qualidade. Ele ainda comentou que muitos estudiosos da ciência econômica não consideravam que investimentos em educação poderia gerar aumento de produção, ou seja, não atribuíam que um maior lucro das firmas poderiam se originar de um aumento de escolaridade dos trabalhadores.

De acordo com Shultz (1973) é difícil mensurar os efeitos completos do Capital Humano uma vez que esse capital gera efeitos internos, com relação ao indivíduo cujo investimento foi feito, e efeitos externos à exemplo do impacto a longo prazo no crescimento econômico. Para Jacob Mincer (1974), que criou a “função salário do Capital Humano”, analisou de forma econométrica os retornos dos investimentos em educação, constando que as diferenças de salários justificam-se na quantidade de anos investidos em aumento de escolaridade.

Segundo Gary Becker (1964) o investimento em educação incrementa o crescimento econômico. Destacando a importância da intervenção governamental nesse processo de investimento, ao oferecer a educação de qualidade para todos. Becker (1964) analisou o crescimento de diversos países que fizeram maiores investimentos em educação, cita como exemplo Estados Unidos e Japão.

O conceito de Capital Humano modificou-se desde que foi citado por Schultz em 1961. Na visão atual pode-se verificar essa mudança de acordo com alguns novos conceitos: Para Bontis (1999) Capital Humano faz parte da formação do Capital Intelectual composto por mais dois tipos de capital que estão interligados: Capital Estrutural e Capital Relacional. Define Capital Humano, no nível individual, como uma combinação de quatro fatores: herança genética; educação; expertise e, atitudes sobre a vida e negócios. Bontis (1999) ressaltou também em seu estudo que as empresas enfrentam muita dificuldade para mensurar o nível de Capital Humano que possuem, pois não conseguem quantificar o Capital Humano de seus funcionários.

No Brasil, Pereira (2008), fez uma análise da importância do nível de instrução dos trabalhadores para o crescimento econômico da região Norte do Brasil, constatando que um aumento médio nos anos de escolaridade tende a reduzir o diferencial na distribuição de renda entre os habitantes.

De acordo com Schultz (1973) a educação é um investimento realizado com o objetivo de adquirir capacitações que busquem oferecer satisfações futuras ou que incrementem seus rendimentos futuros. A educação e Capital Humano estão fortemente relacionados, uma vez que os indivíduos buscam aprimorar e aumentar suas habilidades investindo em mais qualificação através da educação com a esperança de obter retornos como maiores salários, por possuir uma maior qualificação. Tal qualificação é adquirida através da educação formal. A escolha de obter um maior grau de instrução origina-se do próprio indivíduo, ou das partes interessadas em aumentar a produtividade.

A Teoria do Capital Humano, também explica como a educação pode determinar aumentos no rendimento do trabalhador. Quando maiores investimentos em educação são realizados, buscando a maior qualificação do trabalhador, o mesmo tem sua remuneração aumentada, como foi analisado por Mincer (1974), se há aumento de renda há o crescimento econômico. Entende-se por crescimento econômico a variação que ocorre na quantidade de produto gerada em uma determinada região. O aumento no consumo após o aumento de salários irá gerar a elevação da produção, quando o crescimento provém de um aumento de escolarização da população isso influencia também no desenvolvimento econômico local, provocando mudanças na qualidade de vida dos habitantes.

De acordo com Pereira (2008) o crescimento econômico está fortemente atrelado ao crescimento do Capital Humano, Becker (1964) também chega a mesma conclusão que investimentos em Capital

Humano aumentam a produtividade, melhora os rendimentos e também geram diversas externalidades positivas que acarretam também em desenvolvimento econômico.

Desde que começou a ser discutido Capital Humano, pelos diferentes estudiosos citados anteriormente, os quais desenvolveram conceitos equivalentes a esse importante fator e atribuíram a responsabilidade do investimento em educação, ora seja do Estado, ora seja do próprio indivíduo, ficou evidente a importância da educação para o crescimento e desenvolvimento econômico de uma nação.

O advento de novas tecnologias exige uma mão de obra qualificada nos diversos setores atuantes na economia, a tecnologia impulsiona o crescimento econômico aumentando a escolaridade dos indivíduos. Dessa forma analisa-se os dados dos diversos setores da economia Pernambucana para verificar a constatação de que as evidências teóricas ocorrem no contexto do estado de Pernambuco.

3. Metodologia

O presente trabalho tem como base a pesquisa quantitativa e qualitativa dos dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). Dessa forma, recorre-se à linguagem matemática para descrever, por exemplo, as causas de um fenômeno, ou as relações entre variáveis. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. Neste trabalho, busca-se quantificar como os setores econômicos absorvem a mão de obra no estado de Pernambuco, verificando, qualitativamente, o comportamento do padrão de absorção dos anos estudados.

O presente estudo também é considerado descritivo, ou seja, busca descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Após a obtenção e tratamento dos dados disponibilizados pela RAIS realiza-se as análises buscando explicar através das teorias econômicas sobre Capital Humano, os comportamentos dos resultados com análises gráficas.

A RAIS é um banco de dados elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego dotado de informações sobre o emprego formal no país, compilado anualmente. Os dados que evidenciam o comportamento da absorção da escolaridade em Pernambuco e no Brasil foram divididos em quatro faixas de escolaridade delimitados da seguinte maneira:

Escolaridade Baixa (EB) englobando analfabetos até pessoas com o 5º ano incompleto; Escolaridade Intermediária (EI) contendo os indivíduos com o 5º ano completo até Ensino Médio incompleto; Escolaridade Média (EM) incluindo pessoas com o Ensino Médio completo até Superior incompleto e Escolaridade Superior (ES) com trabalhadores com o ensino Superior completo até o Doutorado. O período de tempo estudado compreende os anos de 2006 e 2016; observando-se como acontece a absorção de escolaridade em 21 setores de atividade econômica.

A classificação dos setores é a mesma utilizada pelo CNAE 2.0 (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), tal classificação esta organizada da seguinte maneira: Administração Pública; Defesa e Seguridade Social; Agricultura; Pecuária; Produção Florestal; Pesca e Agricultura Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação; Alojamento e Alimentação; Artes, Cultura, Esporte e Recreação; Atividades Administrativas e Serviços Complementares; Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados; Atividades Imobiliárias; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas; Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; Construção; Educação; Eletricidade e Gás; Indústrias de Transformação; Indústrias Extrativas; Informação e Comunicação; Organismos Internacionais e outras instituições extraterritoriais; Outras atividades de serviços; Saúde Humana e Serviços Sociais; Serviços Domésticos; Transporte, Armazenagem e Correio.

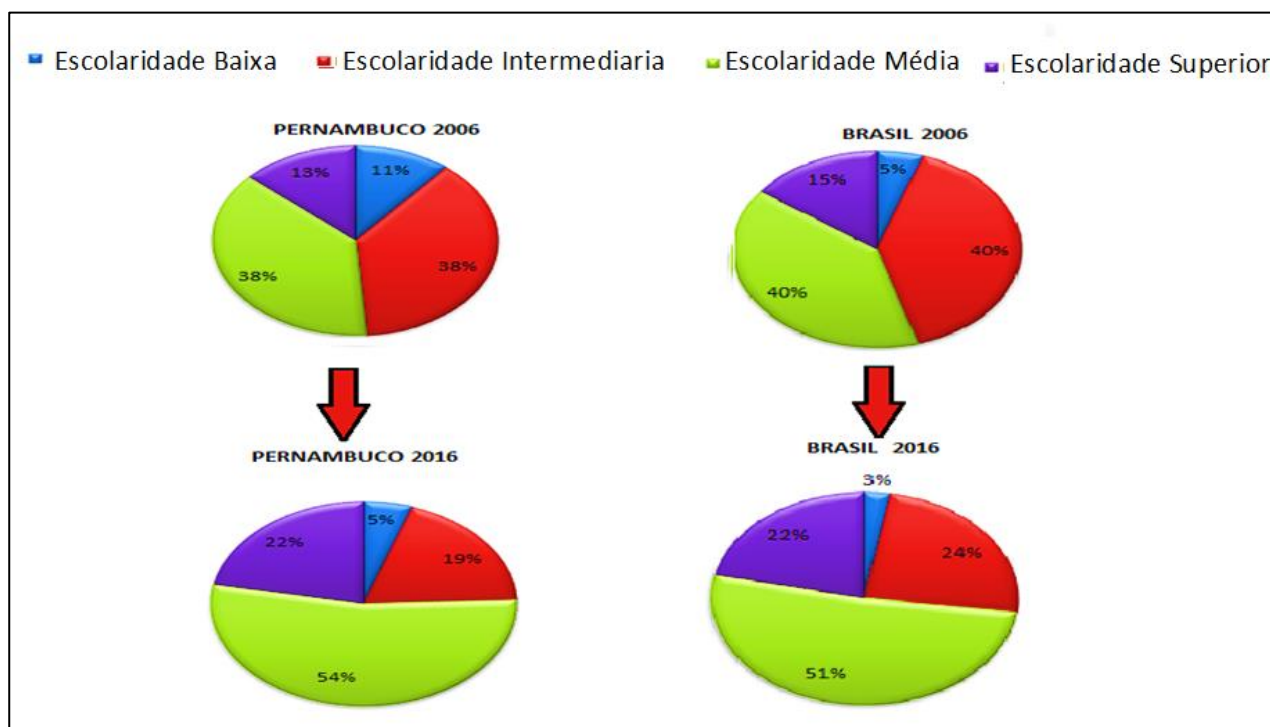
4. Resultados

4.1 Absorção de Escolaridade Pelos Setores Econômicos.

O objetivo dessa primeira análise é saber como ocorreu a absorção das quatro faixas de escolaridades distribuídas nos 21 setores que atuam na economia pernambucana no início e no fim do período analisado, busca-se verificar se aconteceram mudanças significativas dentro dessa década analisada.

De acordo com os dados, em 2006 pode-se observar (Gráfico 01) que em Pernambuco a maioria dos setores em geral absorvem mais Escolaridade Média e Escolaridade Intermediária. Com percentuais de 38% cada. O mesmo padrão ocorre no Brasil, onde para o mesmo período 40% dos trabalhadores empregados possuem Escolaridade Média e outros 40% possuem Escolaridade Intermediária. Nas demais Escolaridades existem diferenças, para Escolaridade Baixa há em Pernambuco 11% e para o Brasil 5%, para a Escolaridade Superior a maior porcentagem é de 15% para o Brasil e de 13% em Pernambuco.

Gráfico 01-Absorção geral das Escolaridades nos setores econômicos-PE-2006-2016



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

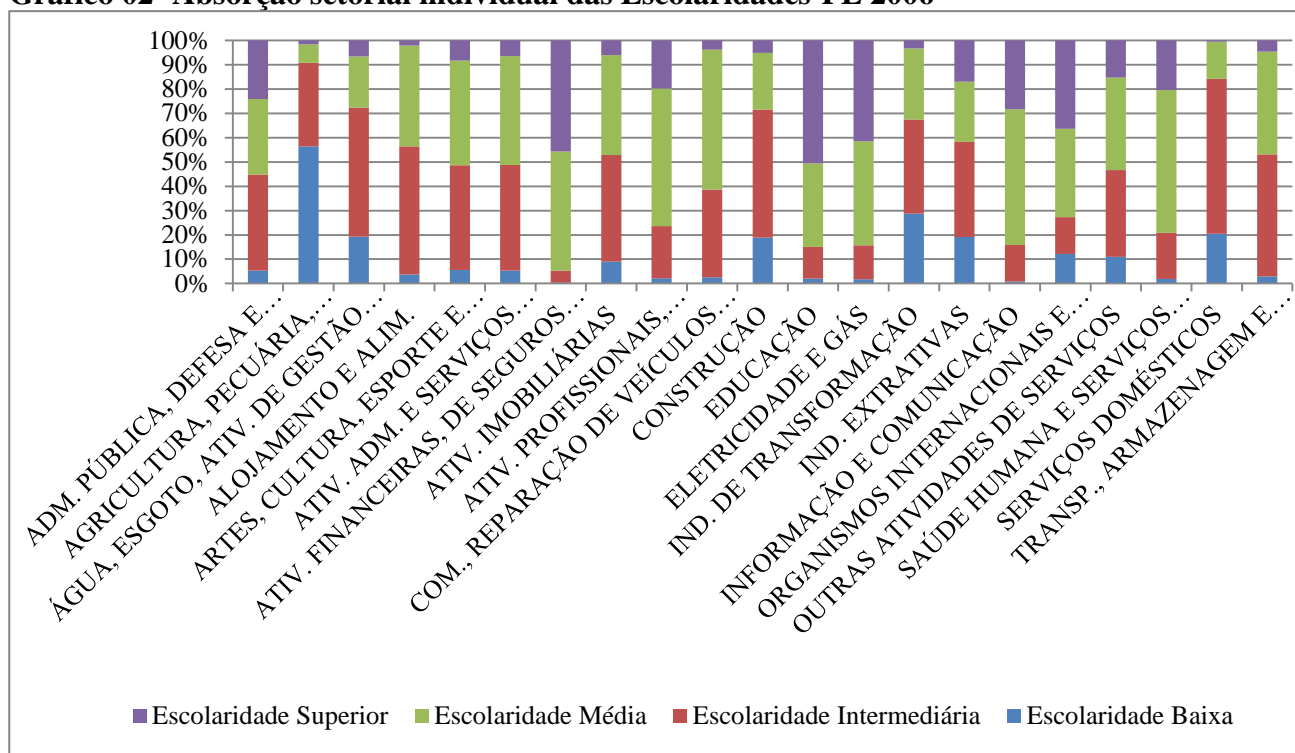
Após dez anos, no ano de 2016, em Pernambuco, há um maior percentual de absorção de Escolaridade Média e Escolaridade Superior, demonstrando que de forma geral há mudanças no padrão de absorção de escolaridade com o passar dos anos. Por outro lado, há a redução da participação da Escolaridade Baixa e da Escolaridade Intermediária. Mostrando o avanço da qualificação da mão de obra empregada no estado de Pernambuco ao longo da década analisada.

Já no Brasil em 2016 ainda há uma maior participação da absorção de Escolaridade Média e de Escolaridade Intermediária, porém verifica-se uma redução de quase 50% da participação da Escolaridade Intermediária, que caiu de 40% para 24% do total de trabalhadores empregados. A parcela de trabalhadores com Escolaridade Baixa caiu de 5% para apenas 3%. e a Escolaridade Superior aumenta sua participação de absorção das outras escolaridades mostrando que a melhora no nível de formação dos trabalhadores também se verifica no cenário nacional.

4.2 Absorção das Escolaridades por setor

Neste tópico busca-se apresentar como ocorre a absorção de forma particular em cada setor da Economia, comparando com a média geral que foi apresentada no tópico anterior.

Gráfico 02- Absorção setorial individual das Escolaridades-PE 2006

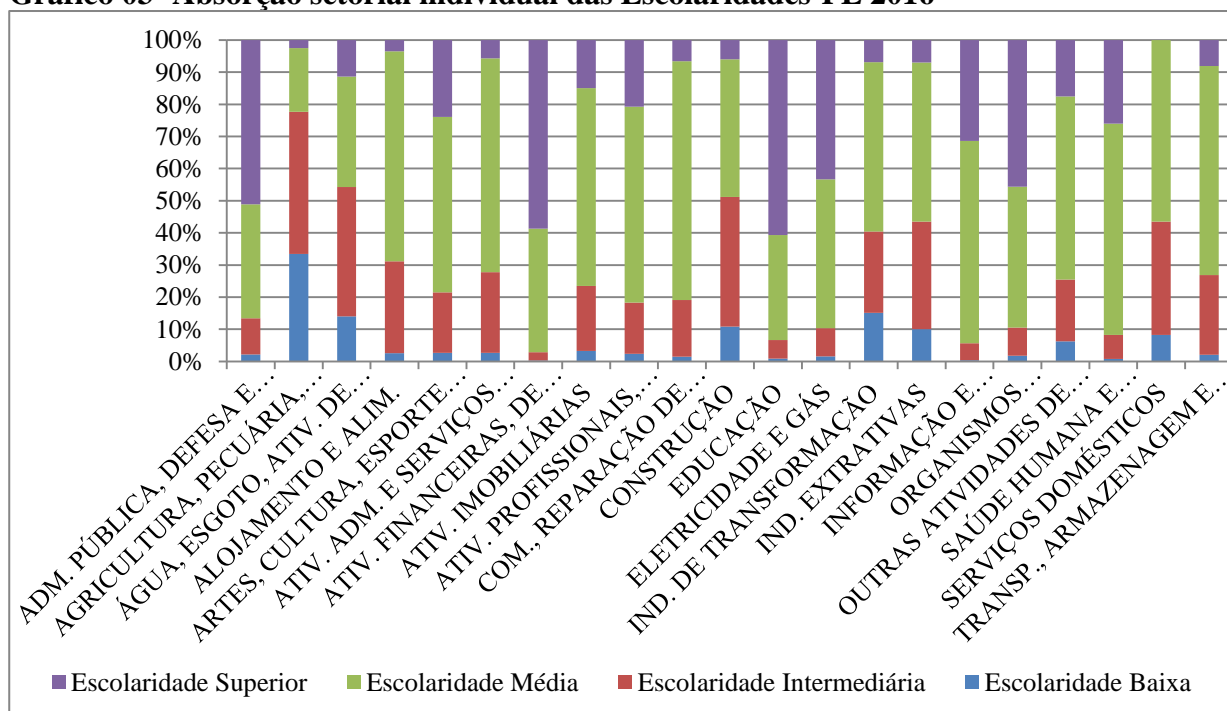


Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

Analisando setorialmente, em 2006, observa-se (Gráfico 02) que no setor de “Agricultura” a porcentagem de trabalhadores com Escolaridade Intermediária é de 34,44%, de Escolaridade Média é 7,58%, predominando a absorção de indivíduos com Escolaridade Baixa, com o percentual de 56,42%. No setor “Educação” 50,56% são de colaboradores que possuem Escolaridade Superior. Já o setor com maior porcentagem de pessoas com Escolaridade Média é o setor “Saúde” com 58,71% com essa escolaridade, com relação ao setor que detém a maior porcentagem de pessoas com a Escolaridade Intermediária destaca-se o setor “Serviços Domésticos” com o percentual de 63,81%.

No Gráfico 03, referente ao ano de 2016, percebe-se que os setores que absorvem a maior quantidade de mão de obra com Escolaridade Média, são: “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” com o percentual de 74,34 % e “Atividades administrativas e serviços complementares” com 66,61% de trabalhadores com essa escolaridade. Os que absorvem maior porcentagem de Escolaridade Superior são: “Educação” com 60,64%, “Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados” com 58,69%.

Gráfico 03- Absorção setorial individual das Escolaridades-PE 2016



Os setores “Atividades Financeiras”, “Educação”, “Eletricidade” e “Organismos Internacionais” são, nos anos estudados (2006-2016), os que absorvem uma grande quantidade de Escolaridade Superior os percentuais para o ano de 2016 foram: 58,69%; 60,64%; 43,37%; 45,61%; respectivamente. No ano de 2016, o setor “Administração Pública” passou a ser um setor importante na absorção de Escolaridade Superior possuindo 51,12% representado os profissionais com Escolaridade Superior.

Os setores de "Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas", "Atividades administrativas e serviços complementares" e "Saúde humana e serviços sociais" possuem maior percentual de Escolaridade Média nos anos avaliados com os percentuais 74,34%; 66,61% e 65,74% respectivamente para essa escolaridade no último ano analisado, 2016. Note que no caso de “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”, o percentual de Ensino Médio foi ampliando ao longo dos anos. Em 2006 era 57,62% e em 2016 passou a ser de 74,34%.

No tocante a Escolaridade Intermediária “Água e Esgoto”, “Construção” e “Serviços domésticos” são os setores que apresentam um grande percentual de trabalhadores com Escolaridade Intermediária em 2016 os percentuais desses setores com relação a essa escolaridade eram respectivamente: 40,27%; 42,84% e 56,47%.

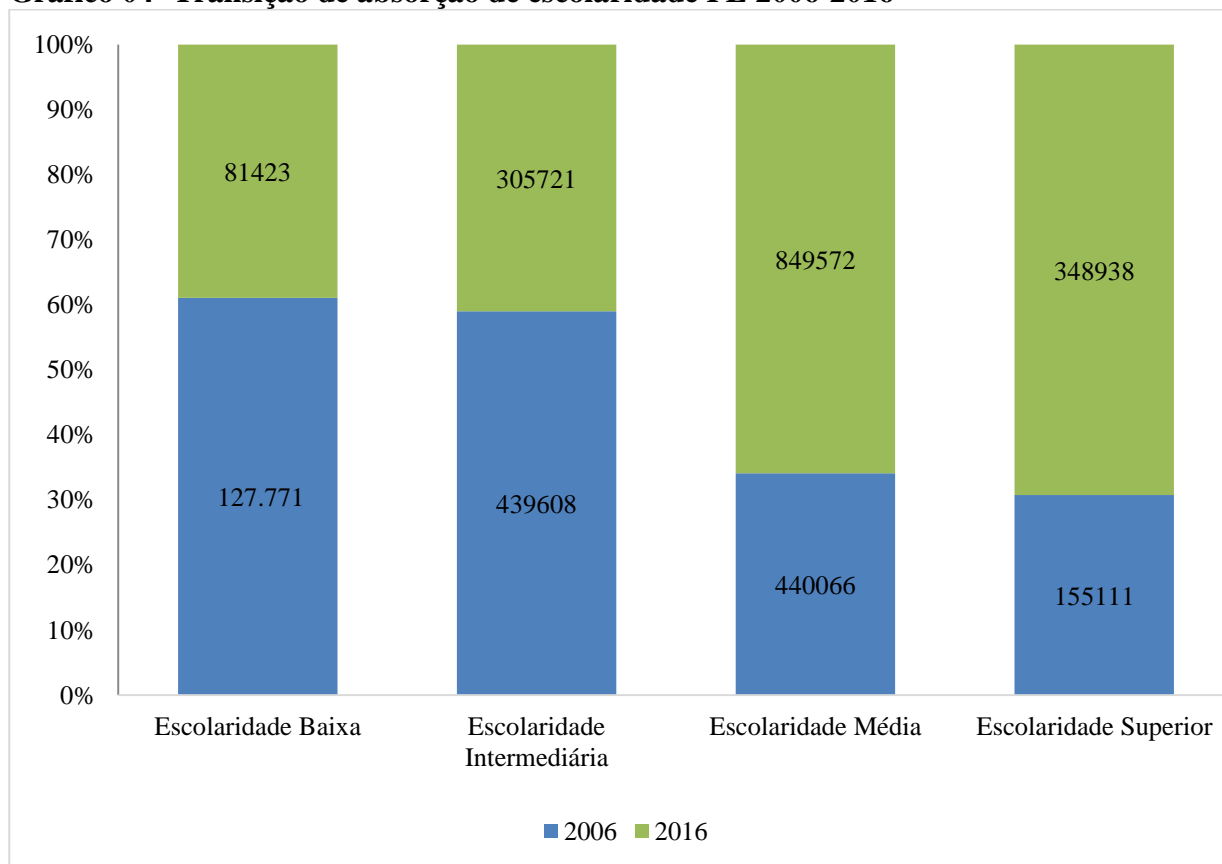
Quanto a Escolaridade Baixa a maior participação dos trabalhadores com esse grau de instrução está na Agricultura, todavia com o passar dos anos o percentual desses empregados diminui. Em 2006 era 56,42%, em 2016 passou a ser de 33,44%.

De maneira geral percebe-se que a participação dos trabalhadores com o menor grau de formação diminui com o passar dos anos para os setores analisados no Estado de Pernambuco. Isso é ratificado com o (Gráfico 04) “Transição de absorção de escolaridade PE 2006-2016”. Nesse gráfico verifica-se que o estado de Pernambuco passa por uma transição no padrão de absorção da escolaridade. Em 2006 havia uma maior quantidade de pessoas com Escolaridade Intermediária e Média empregadas na maioria dos setores econômicos.

Em 2016 observa-se que a maioria dos setores absorvem mais pessoas com Escolaridade Média e Escolaridade Superior. Nem todos os setores passam por essa mudança, há alguns setores que

permanecem com o nível de absorção apresentando mudanças pouco significativas ao longo do período analisado, porém as mudanças acima citadas acontecem em grande parte dos setores.

Gráfico 04 -Transição de absorção de escolaridade PE 2006-2016



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

4.3 Análise de Remuneração Média (Salários).

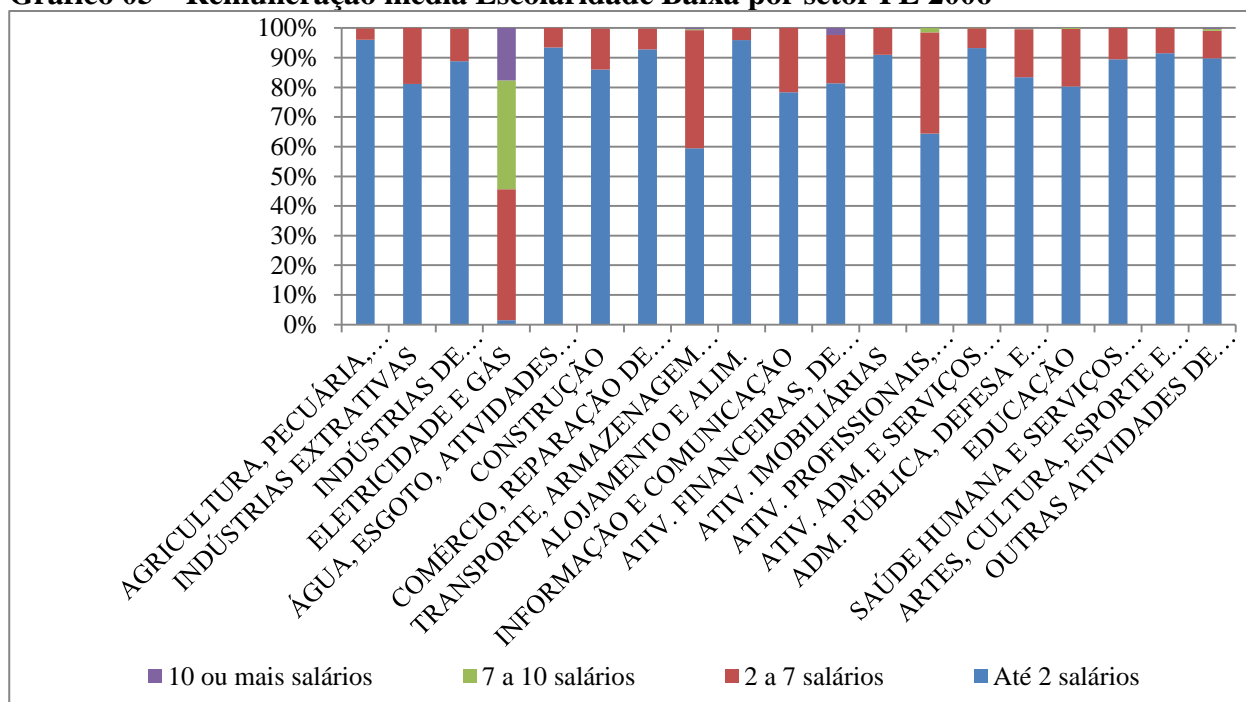
O objetivo desse tópico é apresentar a evolução da remuneração média da escolaridade que ocorreu nos diversos setores econômicos do estado de Pernambuco ao longo da década de 2006 a 2016, saber como a escolaridade é remunerada, através dos setores e evidenciar se de acordo com os estudos de Mincer (1974), se para Pernambuco quanto maior o nível de instrução do trabalhador maior será seu salário recebido.

Para isso foram utilizados os dados referentes aos anos de 2006 e 2016, as faixas de escolaridades são: Escolaridade Baixa, Escolaridade Intermediária, Escolaridade Média e Escolaridade Superior. Foram analisados os 21 setores econômicos atuantes na economia do estado. A remuneração média, aqui representada na quantidade de salários mínimos recebidos, foi dividida em quatro faixas, buscando sintetizar os dados extraídos da RAIS, que divide as faixas salariais em 12 faixas, para esse estudo determinou-se as seguintes faixas: primeira faixa (Até 2 salários), segunda faixa (2 a 7 salários), terceira faixa (7 a 10 salários) e quarta faixa (10 ou mais salários).

Observa-se no Gráfico 05 que, para a Escolaridade Baixa, as médias salariais não são elevadas, no ano de 2006, há 89,66% dos trabalhadores, cujo a remuneração média recebida é de até 2 salários distribuídos nos setores econômicos.

Na maioria dos setores a porcentagem de trabalhadores recebendo até a primeira faixa de salário é maior, exceto para o setor de “Eletricidade e Gás” que é o setor que remunera com maiores salários

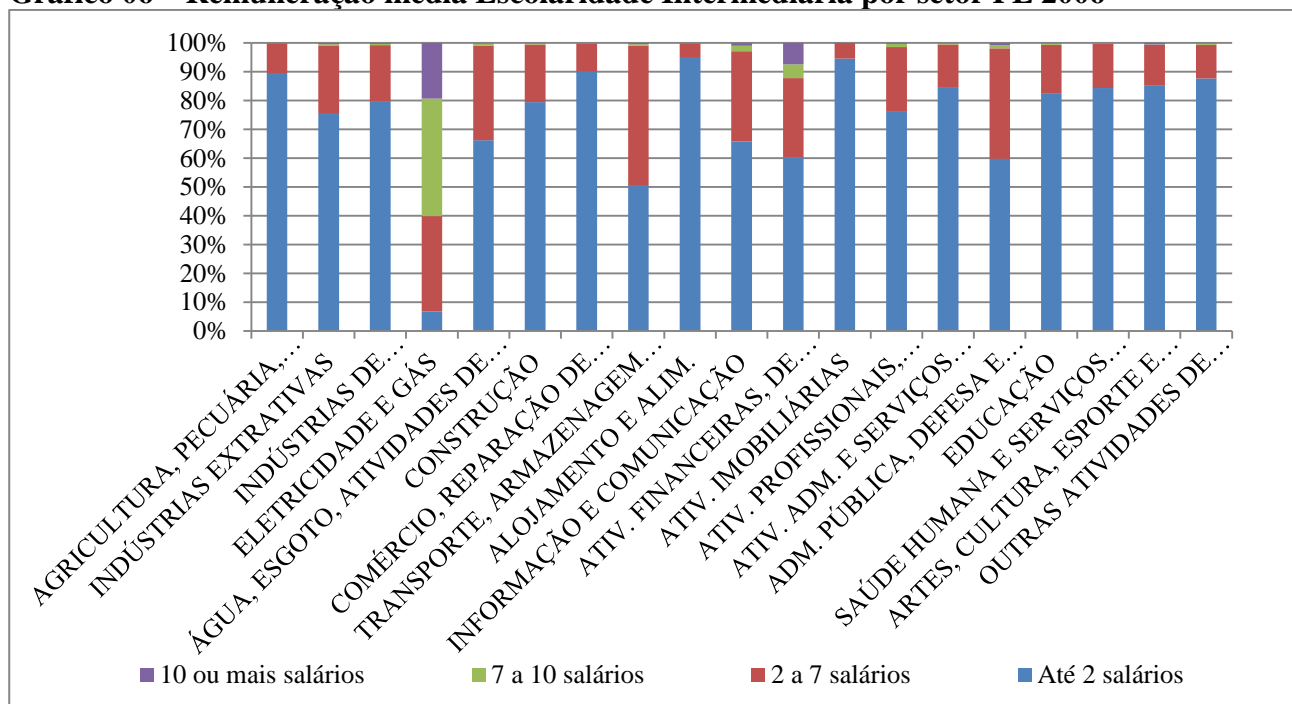
Gráfico 05 – Remuneração média Escolaridade Baixa por setor PE 2006



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

a Escolaridade Baixa em 2006, com 17,64% dos empregados recebendo 10 ou mais salários mínimos, 36,76% recebendo 7 a 10 salários, 44,11% recebendo 2 a 7 salários e apenas 1,47% recebendo até 2 salários mínimos. Essa alta remuneração para a Escolaridade Baixa pode ser justificada por especificidades do setor, possivelmente os postos de trabalho que recebem esse alto salário necessitam de alguma qualificação específica que pode ser adquirida através de cursos paralelos. O segundo setor que remunera com maiores salários a Escolaridade Baixa é o setor de “Atividades Financeiras” que remunera 2,32% dos trabalhadores dessa faixa de escolaridade com 10 ou mais salários mínimos.

Gráfico 06 – Remuneração média Escolaridade Intermediária por setor PE 2006



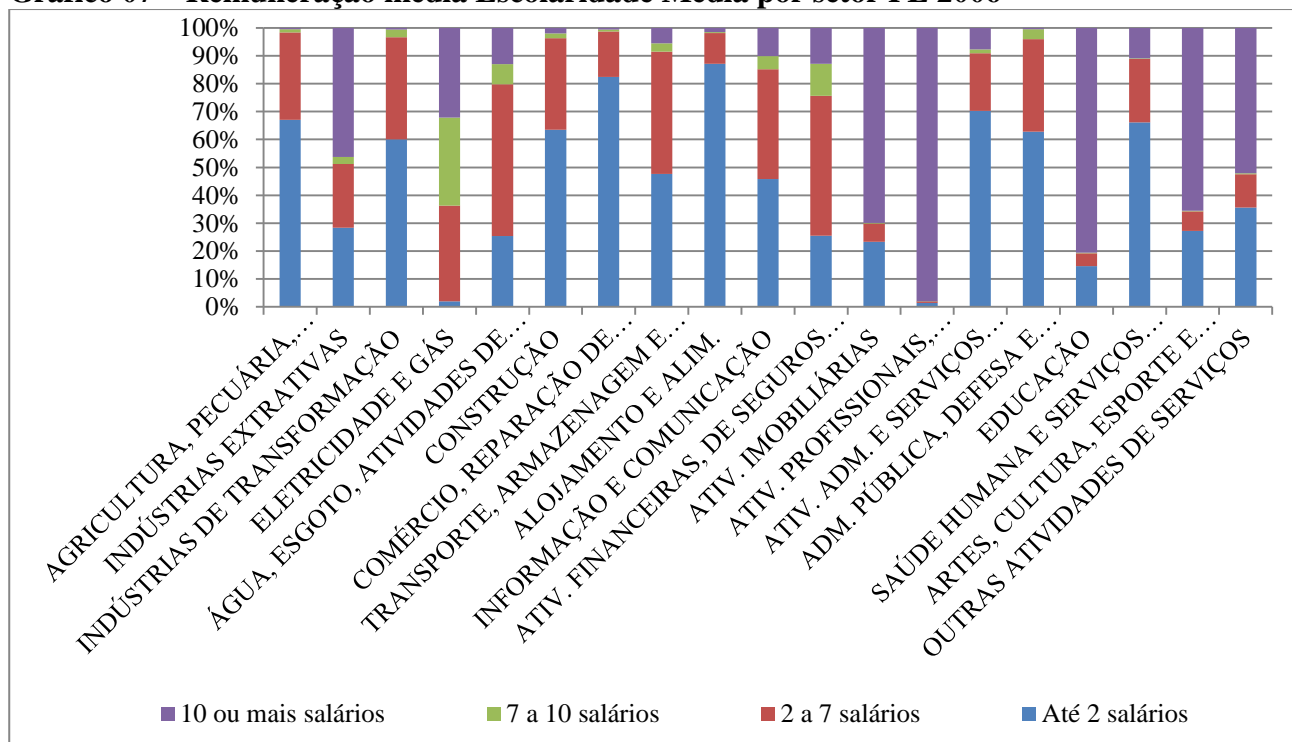
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

Conforme verifica-se no Gráfico 05 Os setores “Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aqüicultura”, “Alojamento e alimentação” e “Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação” são os que possuem a maior percentagem de trabalhadores recebendo a primeira faixa salarial de até 2 salários mínimos, 96,06%; 95,92% e 93,21% respectivamente.

Para a Escolaridade Intermediária (Gráfico 06) a quantidade de trabalhadores recebendo de 2 a 7 salários é de 23,53%, esse percentual aumenta com relação ao Gráfico 05 passando a ser de 10,13%, e há uma diminuição do percentual recebendo até 2 salários passando de 89,66% para 75,46% , demonstrando que a Escolaridade Intermediária é remunerada com salários maiores em relação a Escolaridade Baixa em 2006.

As médias salariais mais altas para a Escolaridade Intermediária em 2006 são para os setores: “Eletricidade e gás” (com 17,64 % dos trabalhadores remunerados com 10 ou mais salários), seguido de “Atividades Financeiras, de seguros e serviços relacionados” remunerando 2,32% dos trabalhadores com a quarta faixa salarial. Os menores salários são distribuídos entre 94,81% dos empregados do setor de “Alojamento e Alimentação”, 94,54% dos trabalhadores do setor de “Atividades Imobiliárias” e 90,01% dos participantes do setor de “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”, cujos percentuais representam a quantidade de colaboradores recebendo a primeira faixa salarial.

Gráfico 07 – Remuneração média Escolaridade Média por setor PE 2006



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

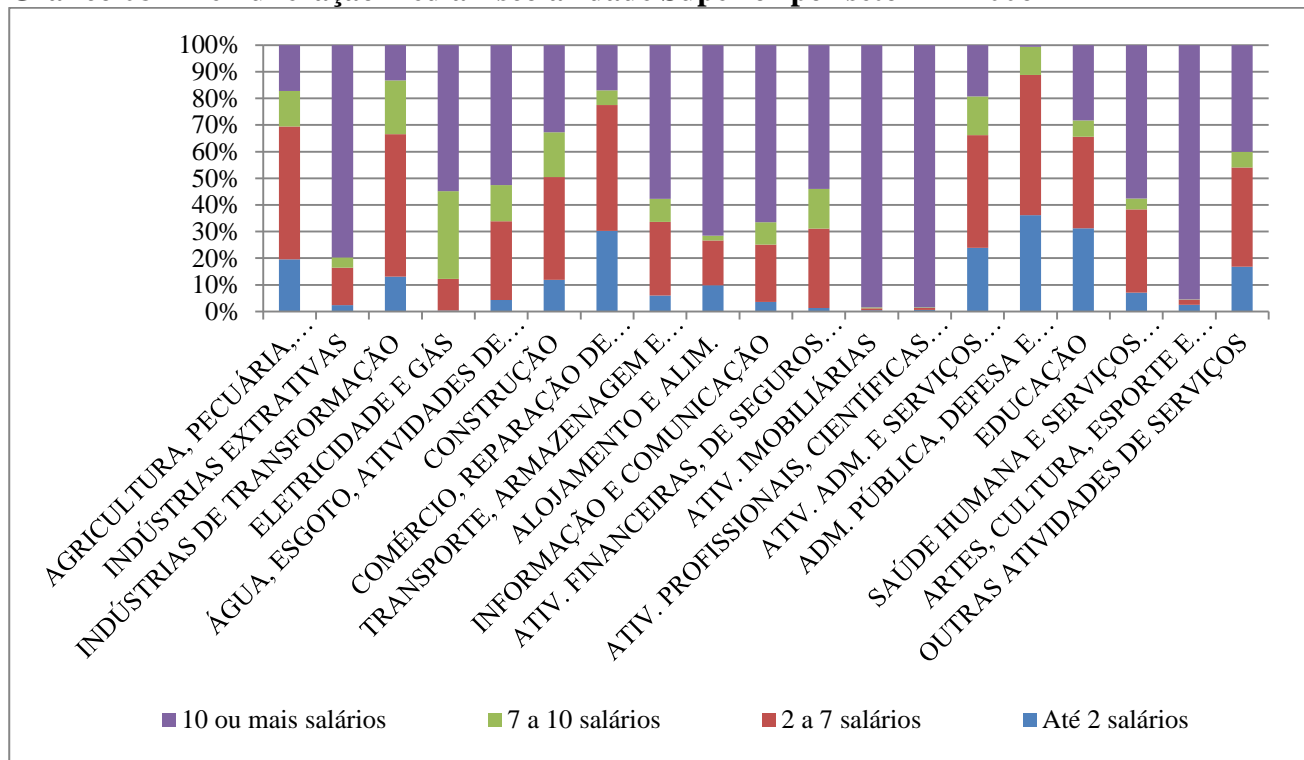
Os dados do (Gráfico 07) para Escolaridade Média apontam que diminui o percentual total de trabalhadores recebendo de 2 a 7 salários que para esse momento é de 12,39% em contra partida há uma elevação no percentual recebendo a quarta faixa salarial quando comparado com o Nível de Escolaridade Intermediário, há uma diferença de 54,27 pontos percentuais.

Destacam-se os setores: “Atividades Profissionais, científicas e técnicas”, ”Educação”, ”Atividades Imobiliárias”, que representam a maior remuneração média entre os setores. Com a maior percentagem de trabalhadores recebendo a faixa salarial mais baixa, assim como para Escolaridade

Intermediária permanecem os setores: “Alojamento e Alimentação” com 87,13% recebendo até 2 salários, “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas” cujo o percentual recebendo a primeira faixa é de 82,43% e com uma grande participação do setor “Atividades. Administrativas e Serviços Complementares” com o percentual de 70,30% recebendo a menor remuneração.

As informações sobre a remuneração para Escolaridade Superior apresentadas no (Gráfico 08) quando comparadas com o (Gráfico 07), demonstram que há uma quantidade maior de trabalhadores que possuem Escolaridade Superior recebendo 10 ou mais salários, afirmando assim que a Escolaridade Superior recebe maior remuneração com relação a Escolaridade Média. Consequentemente para as demais escolaridades também.

Gráfico 08 – Remuneração média Escolaridade Superior por setor PE 2006



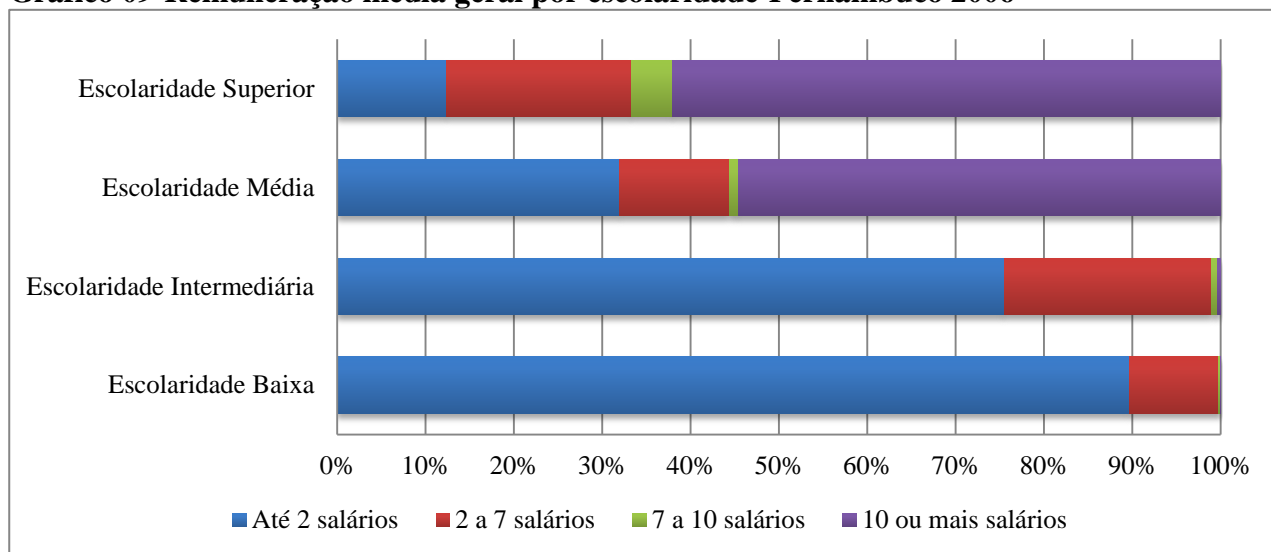
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

Destaca-se o setor de “Atividades Imobiliárias” com 98,49% dos trabalhadores empregados no setor recebendo 10 ou mais salários mínimos. Os menores salários para essa escolaridade são para os setores: “Administração. Pública, Defesa e Seguridade Social”, “Educação”, “Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas”. Onde quase um terço dos trabalhadores desses setores recebem até 2 salários.

De maneira geral para o ano e 2006 há uma maior remuneração quando se possui um maior grau de instrução. Isso é ratificado no (Gráfico 09) demonstrando que cerca de 90% dos que possuem Escolaridade Baixa recebem em média até 2 salários contra 12% dos que possuem Escolaridade Superior.

Verifica-se que 10% dos empregados com Escolaridade Baixa e 22% com Escolaridade Intermediária recebem de 2 a 7 salários. Mas predomina uma maior quantidade de trabalhadores que ganham até 2 salários. Para a Escolaridade Média e Escolaridade Superior predomina a faixa salarial de 10 ou mais salários com o percentual maior em Escolaridade Superior com 31% recebendo dentro dessa faixa salarial.

Gráfico 09-Remuneração média geral por escolaridade-Pernambuco 2006



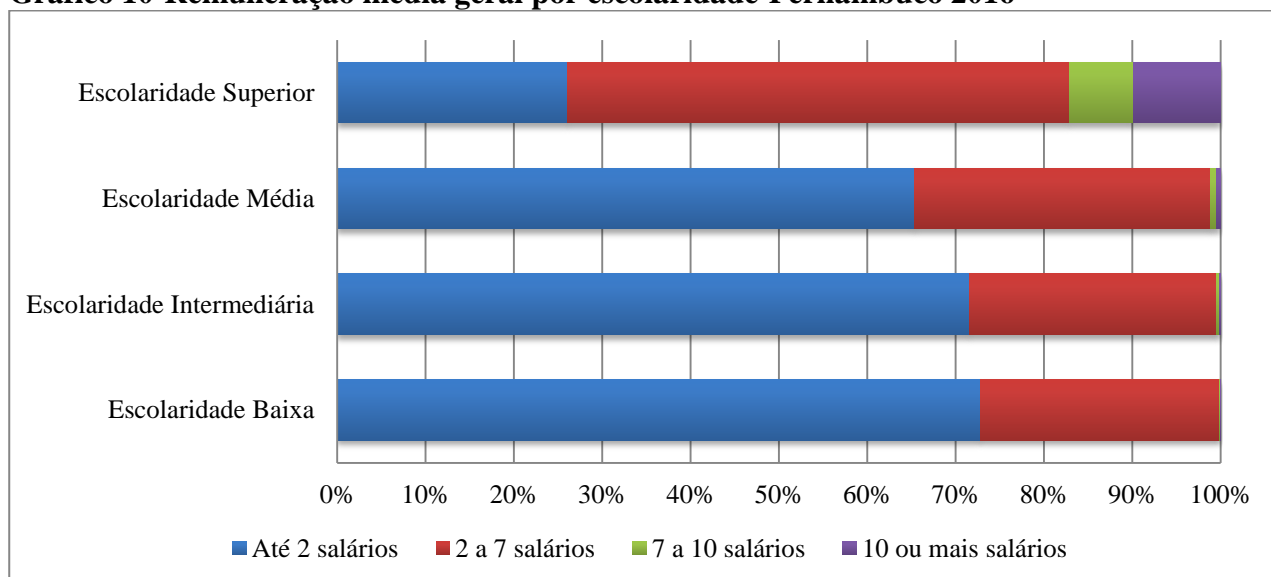
Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

Constata-se que Escolaridade Superior e Escolaridade Média são remuneradas com maiores salários no ano de 2006.

Observando o que aconteceu no decorrer de 10 anos, em 2016, tem-se que a participação da remuneração de 10 ou mais salários diminui significativamente sua participação na Escolaridade Superior; Essa remuneração cai para uma participação inexpressiva no nível de Escolaridade Média estando praticamente ausente no nível de Escolaridade Intermediária.

Atuando em sentido contrário temos o aumento da participação da remuneração de 2 a 7 salários em todos os níveis de escolaridade. Todavia o que predomina nos níveis de escolaridade Baixa, Intermediária e Média é a remuneração de até dois salários.

Gráfico 10-Remuneração média geral por escolaridade-Pernambuco 2016



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados da (RAIS) Relação Anual de Informações Sociais.

5.Considerações Finais

Através desse estudo obtém-se um arcabouço de informações que podem nortear o desenvolvimento de políticas direcionadas a atender a demanda das firmas, fornecendo mão de obra que possua o conhecimento e qualificação necessária, para ser absorvida pelos setores econômicos atuantes no estado os quais contribuem para a elevação do PIB de Pernambuco.

Este trabalho buscou demonstrar como os setores atuantes na economia do estado de Pernambuco absorvem os diferentes trabalhadores com distintos níveis de instrução (4 faixas de escolaridades) e como essa absorção ocorre.

Os resultados apontam que houve em Pernambuco no período compreendido entre os anos 2006 e 2016 uma transição na absorção dos diferentes níveis de escolaridade. De maneira geral em 2006 o padrão era de absorção de Escolaridade Intermediária e Média, em 2016 ocorreu uma elevação dos níveis de escolaridades absorvidos passando a serem mais absorvidos os níveis de escolaridade Média e Superior.

Também foram analisados os dados referentes às remunerações médias dos trabalhadores permitindo apontar que quanto maior a escolaridade maior será a remuneração dos trabalhadores o que está de acordo com a teoria desenvolvida por Mincer (1958). Observando o que ocorreu ao longo dos 10 anos, em 2016, tem-se que a participação da remuneração de 10 ou mais salários reduz significativamente sua participação na Escolaridade Superior. E o que prevalece nos níveis de escolaridade Baixa, Intermediária e Média e a remuneração de até dois salários.

Diante dos resultados obtidos conclui-se que os diversos setores da economia pernambucana demandam atualmente mais pessoas com Escolaridade Média e Superior. Verifica-se, também, que a remuneração recebida pelos trabalhadores aumenta de acordo com o grau de instrução, apesar de a participação das maiores remunerações terem diminuído.

Políticas voltadas para uma maior oferta de escolaridade média e superior de qualidade devem ser desenvolvidas em busca de abastecer os níveis de escolaridade demandados nos setores econômicos do estado de Pernambuco.

6. Referências

ABREU, Nathália Gonçalves de. **Educação e capital humano: uma análise para a economia brasileira. 2016.**

BARROS, Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane. “Investimentos em educação e desenvolvimento econômico”. **Texto para discussão n 525**. IPEA, Rio de Janeiro, 1996.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá; DE ALMEIDA, EDUARDO SIMÕES. **A contribuição do capital humano para crescimento econômico e convergência espacial do PIB per capita no Ceará**. Economia do Ceará em Debate. Fortaleza: IPECE, p. 10-26, 2008.

BLAUG, M. **Introdução à economia da educação**. Tradução Leonel Vallandro e Volnei Alves Correa. Porto Alegre: Globo, 1975.

BECKER, G. S. *Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1964.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

JONES, Charles Irving. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Campus, RJ, 3rd Ed, 2000.

KELNIAR, Vanessa Carla; LOPES, Janete Leige; PONTILI, Rosangela Maria. A teoria do capital humano: revisitando conceitos. **VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica. Universidade Estadual do Paraná**, 2013.

MARSHAL. A. **Princípios de Economia**. Tradução Luiz João Baraúna, São Paulo: Nova Cultural,1988.

MINCER, Jacob. **Schooling, Experience and Earnings**. Columbia University Press, 1974.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 28

SCHULTZ, Theodore W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**. Vol. 51, No. 1, pp. 1-17, Mar., 1961.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Tradução P.S. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas.** Nova Cultural, São Paulo, [1776] 1985.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.